



REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 18, n. 1, Jan./Jun., 2026

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

[http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente)

[06/index.php/Ambiente](http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente)

Artigo recebido em: 09.12.2024. Revisado por pares em: 18.06.2025. Reformulado em: 03.07.2025. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2026v18n1ID38471

IFRS S2: perspectivas dos respondentes dos BRICS a respeito da norma de divulgação de informações relacionadas ao clima

IFRS S2: perspectives of respondents from BRICS regarding the climate-related disclosure standard

IFRS S2: perspectivas de los respondientes de los BRICS respecto de la norma de divulgación de información relacionada con el clima

Autores

Pedro Henrique Godoy Sato

Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF-VR). Endereço: Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Aterrado - Volta Redonda - 27.213-145. Identificadores (ID):

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8706-9083>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7129882259117547>

E-mail: pedrosato@id.uff.br

Mariana Pereira Bonfim

Doutora em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília (UnB). Professora do departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal Fluminense (UFF-VR). Endereço: Rua Desembargador Ellis Hermydio Figueira, 783, Aterrado - Volta Redonda - 27.213-145. Identificadores (ID):

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2339-0462>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6281056363283128>

E-mail: marianapbonfim@gmail.com

(Artigo apresentado no V Congresso Nacional de Administração e Contabilidade - AdCont 2024)

Resumo

Objetivo: Analisar a opinião dos participantes das comments letters dos países do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) sobre a minuta IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, emitida pelo *International Sustainability Standards Board* (ISSB). **Metodologia:**

Foram analisadas, através dos softwares ChatPDF e ATLAS.ti, as 700 cartas enviadas globalmente e, posteriormente, as 43 enviadas pelos países que compõem o BRICS.

Resultados: A análise revelou que a maioria das cartas possui entre 1 e 10 páginas, com 92% das correspondências enviadas por organizações, majoritariamente de agências, alianças e associações. Geograficamente, destacaram-se países como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, França, Japão, Alemanha e Suíça. No contexto dos BRICS, destacam-se a participação da África do Sul e do Brasil, e nenhuma carta tendo sido enviada pela Rússia. Através da análise detalhada das cartas dos BRICS, observou-se que as respostas sublinharam a importância de termos claros, a combinação de abordagens qualitativas e quantitativas nas divulgações, e a inclusão de planos de transição e metas de descarbonização. Os principais desafios identificados foram as dificuldades de implementação em economias emergentes e os altos custos associados, sugerindo uma abordagem faseada e flexível. Recomenda-se a adoção do conceito de dupla materialidade, a criação de um glossário universal e a padronização de documentos digitais. As respostas indicaram forte apoio aos objetivos da minuta IFRS S2, ressaltando a necessidade de uma governança climática robusta e inclusiva.

Contribuições do Estudo: Este trabalho contribui para a compreensão das percepções das partes interessadas e o alinhamento das organizações dos países BRICS com padrões internacionais. Os dados apresentados buscam auxiliar diversos atores dentro do cenário da IFRS S2: i) o próprio ISSB, no sentido de compreender a opinião de países relevantes no cenário econômico internacional, como os BRICS, com o intuito de auxiliá-los na elaboração de novos normativos pelo órgão; ii) governos, na elaboração de suas políticas públicas, com a percepção dos diversos interessados no assunto; iii) sociedade, para compreender a demandas de órgãos normatizadores e empresas sobre a sustentabilidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, IFRS S2, BRICS, Divulgação de Sustentabilidade, ISSB.

Abstract

Purpose: To analyze the opinion of participants in comment letters from BRICS countries (Brazil, Russia, India, China and South Africa) on the draft IFRS S2 - Climate-related Disclosures, issued by the International Sustainability Standards Board (ISSB).

Methodology: The 700 letters sent globally and, subsequently, the 43 sent by the countries that make up BRICS were analyzed using the ChatPDF and ATLAS.ti software.

Results: The analysis revealed that most of the letters are between 1 and 10 pages long, with 92% of the correspondence sent by organizations, mostly from agencies, alliances and associations. Geographically, countries such as the United Kingdom, United States, Canada, Australia, France, Japan, Germany and Switzerland stood out. In the context of BRICS, the

participation of South Africa and Brazil stands out, and no letters were sent by Russia. Through detailed analysis of the BRICS letters, it was observed that the responses highlighted the importance of clear terms, the combination of qualitative and quantitative approaches in disclosures, and the inclusion of transition plans and decarbonization targets. The main challenges identified were the difficulties of implementation in emerging economies and the high associated costs, suggesting a phased and flexible approach. The adoption of the concept of double materiality, the creation of a universal glossary and the standardization of digital documents are recommended. The responses indicated strong support for the objectives of the draft IFRS S2, highlighting the need for robust and inclusive climate governance.

Contributions of the Study: This work contributes to the understanding of stakeholder perceptions and the alignment of organizations in BRICS countries with international standards. The data presented seeks to assist various actors within the IFRS S2 scenario: i) the ISSB itself, in order to understand the opinion of relevant countries in the international economic scenario, such as the BRICS, with the aim of assisting them in the preparation of new regulations by the agency; ii) governments, in the preparation of their public policies, with the perception of the various stakeholders in the subject; iii) society, to understand the demands of standard-setting bodies and companies on sustainability.

Keywords: Sustainable Development, IFRS S2, BRICS, Sustainability Disclosure, ISSB.

Resumen

Objetivo: Analizar la opinión de los participantes en cartas de comentarios de los países BRICS (Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica) sobre el borrador de la NIIF S2 - Divulgaciones relacionadas con el clima, emitida por el International Sustainability Standards Board (ISSB).

Metodología: Mediante el software ChatPDF y ATLAS.ti se analizaron las 700 cartas enviadas a nivel global y, posteriormente, las 43 enviadas por los países que integran los BRICS.

Resultados: El análisis reveló que la mayoría de las cartas tienen entre 1 y 10 páginas, siendo el 92% de la correspondencia enviada por organizaciones, en su mayoría agencias, alianzas y asociaciones. Geográficamente destacaron países como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Australia, Francia, Japón, Alemania y Suiza. En el contexto de los BRICS destaca la participación de Sudáfrica y Brasil, y no se envió ninguna carta por parte de Rusia. A través de un análisis detallado de las cartas de los BRICS, se observó que las respuestas resaltaban la importancia de términos claros, la combinación de enfoques cualitativos y cuantitativos en las divulgaciones, y la inclusión de planes de transición y objetivos de descarbonización. Los principales desafíos identificados fueron las dificultades de implementación en las economías emergentes y los altos costos asociados, lo que sugiere un enfoque gradual y flexible. Se recomienda adoptar el concepto de materialidad dual, la creación de un glosario universal y la estandarización de los documentos digitales. Las respuestas indicaron un fuerte apoyo a los

objetivos del borrador de la NIIF S2, destacando la necesidad de una gobernanza climática sólida e inclusiva.

Contribuciones del Estudio: Este trabajo contribuye a comprender las percepciones de las partes interesadas y la alineación de las organizaciones en los países BRICS con los estándares internacionales. Los datos presentados buscan auxiliar a diversos actores dentro del escenario IFRS S2: i) el propio ISSB, a fin de comprender la opinión de países relevantes en el escenario económico internacional, como los BRICS, con el objetivo de auxiliarlos en la preparación de nuevas regulaciones por parte de la agencia; ii) los gobiernos, en la elaboración de sus políticas públicas, con la percepción de los diversos stakeholders en el tema; iii) la sociedad, para comprender las demandas de los organismos normalizadores y de las empresas sobre sostenibilidad.

Palabras clave: Desarrollo Sostenible. NIIF S2. BRICS. Divulgación de sostenibilidad. ISSB.

1 Introdução

Com a recente visibilidade dada ao tema, o desenvolvimento sustentável tornou-se um tópico cada vez mais presente e relevante, tanto nas pesquisas acadêmicas quanto no meio profissional (Farias, Coelho, & Coelho, 2019). Com a intenção de padronizar as divulgações relacionadas ao clima, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) foi anunciado ao mundo durante a COP26, em Glasgow, em novembro de 2021.

Apoiado pelo interesse público, o ISSB tem como objetivo estabelecer padrões de alta qualidade, com compreensibilidade global, que atendam às necessidades dos investidores e mercados financeiros, incluindo o desenvolvimento de padrões globais para divulgação de sustentabilidade, facilitando a interoperabilidade de suas publicações (IFRS, 2021). De acordo com Al Farooque e Ahlu (2017), é necessário que a indústria estabeleça diretrizes robustas que garantam a qualidade dos relatórios, incluindo um quadro integrado para abranger as entradas e desempenhos sociais, ambientais e econômicos.

Na COP27, realizada em 2022, a IFRS *Foundation* (órgão que o ISSB está subordinado) e o ISSB recém-formado anunciaram os progressos e parcerias realizados bem como suas primeiras publicações, reafirmando a importância dos acordos globais para o cumprimento dos objetivos do conselho (IFRS, 2022a). Assim, em março de 2022, o ISSB publicou os rascunhos de dois normativos: o IFRS S1 - *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*, que propõe requisitos gerais de instrução de divulgação sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade (IFRS, 2023a); e o IFRS S2 - *Climate-related Disclosures*, a respeito das divulgações relacionadas ao clima (IFRS, 2023b).

Na criação de suas normas e pronunciamentos, a IFRS *Foundation* (s.d.a) segue os seguintes passos: i) consulta de agenda, na qual analisa as prioridades internacionais; ii) programa de pesquisa, na qual inicia-se a explorar questões e possíveis soluções, verificando se há evidências do problema relacionado ao tema de pesquisa e consistência na argumentação da criação de um padrão; iii) programa de definição de padrões, elaborando consultas e

propondo discussões a partir de uma proposta, com o recebimento e análise das cartas comentários (*comment letters*), enviadas pelos usuários respondentes; iv) programa de manutenção, onde são realizadas consultas referente a implementação e aplicabilidade, além de revisões plausíveis de interpretações que auxiliem o processo de adoção das normas (IFRS, s.d.a).

Após a emissão dos rascunhos das normas e o recebimento e análise dos *feedbacks* dos *stakeholders* por meio das *comment letters*, em junho de 2023, o ISSB emitiu os dois normativos: IFRS S1 e IFRS S2. As *comment letters* enviadas ao ISSB são analisadas pelo Comitê e se tornam base para a emissão da norma final. Assim, a análise dessas cartas se torna um importante instrumento de compreensão da visão das partes interessadas sobre o tema, visto que o perfil dos respondentes, a característica da empresa em que atua e o setor industrial a que está vinculado, exerce influência na elaboração da minuta (Adhikari, Betancourt, & Alshameri, 2014).

Na emissão de normas publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), outro órgão subordinado a *IFRS Foundation*, já foi identificado que a opinião dos respondentes influencia na criação dos normativos, como é o caso da Estrutura Conceitual (Silva, Niyama, & Rodrigues, 2016), da norma para pequenas e médias empresas (Haveroth, Nez, Bilk, & Klann, 2017), sobre receitas (Quirino, & Lima, 2018) e o normativo acerca dos instrumentos financeiros (Visoto, Silva, Nobre, & Rodrigues, 2020). Assim, é possível perceber a importância da participação dos usuários no processo de estabelecimento de padrões de divulgação (Hewa, Mala, & Chen, 2020).

Desse modo, a presente pesquisa buscará analisar o conteúdo das *comment letters* à luz de duas teorias: a Teoria da Regulação, que revela a complexidade das influências no processo regulatório, enfatizando a importância de entender a seleção das agências reguladoras, seus poderes, metas e a motivação dos atores envolvidos (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington 2018; Cardoso, Saravia, Tenório, & Silva, 2009), e a Teoria do Interesse Público, que demonstra que a regulação deve atuar de forma a garantir o benefício da sociedade e não de partes interessadas (Feintuck, 2010).

Diante desse contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: **Qual a opinião dos respondentes dos BRICS a respeito da minuta IFRS S2, emitida pelo ISSB, acerca da divulgação das informações referentes ao clima?** Assim, o objetivo da presente pesquisa é analisar a opinião dos participantes das *comments letters* recebidas pelo ISSB dos países pertencentes ao grupo BRICS a respeito da minuta IFRS S2 - *Climate-related Disclosures* (Divulgações referente a informações climáticas).

Lopes e Dourado (2024) discutem a crescente importância das relações internacionais na gestão pública, destacando a formação e evolução do BRICS, um grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, África do Sul. Os autores ressaltam que essa aliança tem representado um marco significativo, rompendo com o paradigma tradicional que privilegiava os países desenvolvidos como principais atores globais. Em 2022, segundo o Governo Brasileiro em seu portal (Brasil, s.d.), o BRICS contribuiu com 25,5% do Produto Interno Bruto (PIB) global, evidenciando uma expansão considerável em comparação com as economias do G7.

Ainda que o próprio ISSB (IFRS, 2022b) realize um levantamento sobre o conteúdo das *comment letters*, essa pesquisa se torna importante em virtude do recorte dado ao BRICS: o grupo representa mais de 42% da população mundial, 30% do território do planeta, 23% do PIB global e 18% do comércio internacional (Brasil, s.d.). Em termos econômicos, os países do BRICS, com um PIB combinado de US\$ 24,7 trilhões, têm desempenhado um papel crescente na economia global (Brasil, s.d.).

Além disso, Carvalho *et al.* (2015) afirmam que as políticas de sustentabilidade em países em desenvolvimento avançam de forma lenta e, por vezes, ineficiente. Dessa forma, é necessário impulsionar regulamentações relacionadas a essas práticas, engajando esses países em práticas *Environmental, Social and Governance* (ESG).

Desde as primeiras conferências relacionadas ao meio ambiente, o compromisso global com a sustentabilidade tem sido de interesse público. Portanto, é importante compreender a opinião e o perfil dos respondentes das cartas-comentário sobre a criação da IFRS S2, a fim de entender como as empresas em todo o mundo irão divulgar suas informações relacionadas ao clima.

A compreensão da democratização do processo de elaboração das minutas relacionadas a informações sociais e ambientais, juntamente com suas influências, emerge como um ponto central desta pesquisa. Isso se torna especialmente relevante à medida que a importância de entender e comunicar informações de sustentabilidade tem se intensificado globalmente.

Pesquisas recentes destacam os desafios e impactos das normas de sustentabilidade IFRS e ISSB. Suta, Tóth e Borbély (2022) observam que as propostas do ISSB melhoram a transparência das informações empresariais, mas enfrentam dificuldades de harmonização com o IFRS. Indyk (2022) revela que poucas empresas integram efetivamente fatores de ESG em suas estratégias, necessitando ajustes significativos para conformidade com as normas IFRS S1 e S2.

Indyk (2023) destaca a complexidade de quantificar o impacto ESG nos balanços financeiros e a necessidade de mais pesquisas. Gaviria *et al.* (2023) apontam a falta de mecanismos de controle ambiental em pequenas e médias indústrias, propondo indicadores específicos para melhorar a divulgação financeira. Desse modo, a presente pesquisa avança na literatura sobre a temática acerca dos normativos relacionados à sustentabilidade.

2 Referencial Teórico

Conforme afirma Murcia (2010), a necessidade de regulamentação surge da compreensão de que as empresas não divulgam voluntariamente todas as informações relevantes, levando à imposição de obrigações por meio de leis ou normas contábeis. Nesse sentido, a regulação contábil visa garantir a disponibilidade das informações essenciais para os usuários, atenuando a assimetria informacional.

Contudo, a regulação contábil também pode sofrer influências de grupos de interesses, sugerindo que a convergência para normas internacionais de contabilidade pode ser mais um resultado de um processo político do que de uma demanda genuína dos usuários. Ou seja, a

eficácia da adoção das IFRSs dependeria da aplicação rigorosa pelos órgãos reguladores locais (Murcia, 2010).

Viscusi, Harrington Junior e Sappington (2018) classificam a Teoria da Regulação em três formas: i) em uma análise normativa, como a Teoria Positivista ou a Teoria do Interesse Público, que utiliza do racional normativo para a regulação, com perspectiva de melhorar o bem-estar público; ii) a Teoria da Captura, que estabelece a regulação como resposta à demanda dos regulados, ou seja, a agência reguladora é capturada; iii) Teoria Econômica da Regulação, que se constrói na teoria de competição entre grupos de interesses.

No âmbito contábil, Watts e Zimmerman (1978) perceberam que, enquanto as normas tiverem potencial de impactar os fluxos de caixa futuros das companhias e suas definições e criações estiverem sob responsabilidade de órgãos reguladores, os normativos estarão sujeitos a pressão de lobbys corporativos. Assim, Cardoso *et al.* (2009) analisaram a Teoria da Regulação, sob a perspectiva da contabilidade, como uma instituição social, visando reduzir a assimetria informacional.

Os autores exploram os desdobramentos dessa teoria, oferecendo uma compreensão mais ampla do propósito da regulação na contabilidade: i) teoria do interesse público, colocando a regulação como diminuidora de falhas que protegem o interesse público; ii) teoria da captura, na qual a regulação ocasiona em lucros exorbitantes para suas reguladas; iii) da competição entre grupos de interesse, onde o grupo que atingir maior pressão designa a regulação; iv) teoria tridimensional do direito; e v) teoria da abordagem de Habermas, a qual entende a regulação como uma construção social, sendo essas duas últimas diretamente relacionada à democratização do processo contábil e introduzindo a contabilidade como uma ferramenta para contribuir na emancipação do homem.

Nesse contexto, destaca-se a Teoria do Interesse Público que explora a relação entre a análise normativa e a análise positiva na regulação (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018). Enquanto a análise normativa considera quando a regulação deveria ocorrer, a análise positiva investiga quando a regulação de fato acontece, utilizando a análise normativa para produzir uma teoria positiva sobre a ocorrência da regulação. Os autores também afirmam que a regulação é demandada pelo público para corrigir falhas de mercado ou políticas consideradas injustas, como preços discriminatórios ou lucros excessivos, sob a perspectiva de que uma regulação possa melhorar o bem-estar e gerar demanda por regulação.

Assim, a Teoria do Interesse Público propõe que a regulamentação seja uma resposta à necessidade pública de corrigir imperfeições no mercado. Conforme essa teoria, os reguladores buscam otimizar o bem-estar da sociedade em sua totalidade e adotam ações que consideram estar no melhor interesse para alcançar esse objetivo. A regulamentação ocorre quando os ganhos sociais estimados pela regulamentação superam seus gastos (Scott, 2009). Esta teoria permitiu que a formalização da intervenção do Estado na economia, uma vez que, anteriormente, a análise econômica, influenciada pelos trabalhos de Adam Smith, não reconhecia a necessidade desse tipo de intercessão.

No contexto de criação de normas por parte do IASB, Carmo, Ribeiro e Carvalho (2018), exploraram o ambiente regulatório com o intuito de identificar a abordagem da Teoria da Regulação mais apropriada para explicar sua atividade normativa. Utilizando as cartas-

comentário do *Exposure Draft 9 - Joint Arrangements* e na subsequente IFRS 11 - *Joint Arrangements*, os resultados apontaram para a influência predominante da Teoria dos Grupos de Interesse, sobretudo no contexto dos respondentes provenientes de países com sistema jurídico *common law*, no âmbito do processo normativo contábil internacional. No entanto, ressaltaram-se limitações quanto à generalização dos resultados e à necessidade de contemplar outras formas de pressão no processo regulatório contábil.

Na definição do ISSB (s.d.b) quanto à sua função-objetivo, fica claro que “o ISSB desenvolverá – no interesse público - normas que resultarão em uma base global de alta qualidade e abrangente de divulgações de sustentabilidade, com foco nas necessidades de investidores e mercados financeiros”, enfatizando sua missão de atender aos interesses coletivos. Isso se alinha com a Teoria do Interesse Público, que postula que a regulamentação e as ações de organizações devem, primariamente, beneficiar a sociedade como um todo, refletindo um compromisso com o bem-estar geral da sociedade, ao fornecer informações significativas aos investidores e mercados financeiros.

Entendendo que o ISSB, assim como o IASB, não é um órgão regulador, mas somente lidera o processo de convergência de normas (Matos, Gonçalves, Niyama, & Marques, 2013), é necessário compreender quais e como os atores se comportam na elaboração dos normativos, pois, o que se observa posteriormente, é a aprovação dos órgãos reguladores locais desses pronunciamentos. Ainda que exista diferenças entre as normas e os padrões locais (Matos *et al.*, 2013), os normativos funcionam como um direcionador dos procedimentos adotados, fato esse que pode ser evidenciado através da publicação da Resolução CVM nº 193.

Pesquisas anteriores já realizaram análises sobre a IFRS S2, como Suta, Tóth e Borbély (2022) que indicaram que a implementação das propostas do ISSB terá um impacto positivo na transparência das informações divulgadas por empresas automobilísticas e de manufatura. Além disso, a relação entre o IFRS e as normas do ISSB é evidente, permitindo a inclusão de dados de sustentabilidade nas demonstrações financeiras, por meio de XBRL. No entanto, o rascunho atual do IFRS S2 limita a capacidade de avaliar os impactos financeiros da sustentabilidade nas divulgações. A falta de alinhamento entre as taxonomias padrão cria desafios de harmonização entre as normas do ISSB e do IFRS.

Indyk (2022) investigou a preparação das empresas para os desafios impostos pelas normas de sustentabilidade IFRS S1 e IFRS S2. Os resultados revelaram que a integração efetiva de fatores ESG nas estratégias de negócios e a divulgação completa de dados estratégicos e metas definidas são áreas em que apenas um percentual limitado de empresas está atualmente em conformidade.

Os achados indicam que a maioria das empresas ainda precisa realizar ajustes significativos em seus processos de relatórios e na gestão de riscos de ESG para atender às novas normas propostas. Esses resultados enfatizam os desafios e a complexidade associados à implementação das normas de sustentabilidade propostas e sugerem a necessidade de uma abordagem cuidadosa e um investimento significativo por parte das empresas para atender a esses novos requisitos.

Indyk (2023) verificou que é possível vincular questões ESG diretamente às categorias dos balanços financeiros, com auditores financeiros, reconhecendo aspectos relacionados ao

ESG como Principais Pontos de Auditoria. No entanto, o estudo enfatiza que quantificar o impacto do ESG pode ser desafiador para as empresas que não estão diretamente envolvidas com essas questões. Além disso, o estudo aponta que a integração bem-sucedida do ESG nos relatórios financeiros pode ser um desafio complexo, destacando a necessidade de futuras pesquisas sobre apresentação, comparabilidade e qualidade dos relatórios integrados, bem como a resposta dos auditores financeiros.

Gaviria *et al.* (2023) analisaram as implicações das atividades ambientais no Vale do Aburrá nas divulgações financeiras, com foco na IFRS S1 e na IFRS S2. Os resultados indicam a falta de mecanismos de controle ambiental nas indústrias avaliadas, levando à proposta de indicadores específicos e à criação de contas contábeis no ativo para refletir adequadamente os recursos dedicados à gestão ambiental. Além disso, destaca-se a descoberta de que organizações de médio e pequeno porte geralmente não consideram os impactos econômicos de suas atividades empresariais em suas demonstrações financeiras.

Deste modo, o presente estudo se torna relevante por tratar da temática da sustentabilidade, sob a ótica da influência de diversos grupos na criação de normativos sobre o assunto. Com a obrigatoriedade do cumprimento de novos requisitos, as empresas precisarão se adequar às novas normas, com o objetivo de manter-se em crescimento e atrativa aos investidores.

Com o trabalho, busca-se verificar se a criação do normativo IFRS S2 contempla os interesses coletivos, conforme preconizado pelo próprio ISSB (IFRS, s.d.b) e também pela Teoria do Interesse Público, que postula que a regulamentação deve beneficiar a sociedade como um todo. Assim, espera-se, com os achados da pesquisa, compreender como os normativos foram elaborados e se suas influências são relevantes para auxiliar na sua aplicação.

3 Procedimentos Metodológicos

Para o alcance do objetivo proposto, inicialmente foi realizada a leitura da norma IFRS S2 para a identificação das questões propostas pelo ISSB. A Tabela 1 apresenta um resumo das questões apresentadas.

Tabela 1

Perguntas do IFRS S2

Pergunta	Resumo
1 - Objetivo do <i>Exposure Draft</i>	Avaliação do objetivo proposto no <i>Exposure Draft</i> que envolve a divulgação de informações sobre exposição a riscos e oportunidades relacionados ao clima. Questões abordam o acordo com o objetivo estabelecido, foco em informações para avaliar efeitos no valor empresarial e adequação das exigências de divulgação.
2 – Governança	Discussão sobre as propostas de divulgação relacionadas aos processos de governança, controles e procedimentos usados para gerenciar riscos e oportunidades climáticos. Inclui avaliação da adequação das exigências de divulgação propostas e sua base nas recomendações do TCFD.

3 - Identificação de riscos e oportunidades relacionados ao clima	Análise da clareza das exigências propostas para identificar e divulgar riscos e oportunidades climáticos significativos, incluindo a consideração de tópicos de divulgação específicos da indústria e a relevância e comparabilidade das divulgações.
4 - Concentrações de riscos e oportunidades na cadeia de valor	Avaliação das propostas de divulgação sobre os efeitos de riscos e oportunidades climáticos no modelo de negócios e na cadeia de valor, incluindo a adequação da abordagem qualitativa <i>versus</i> quantitativa.
5 - Planos de transição e compensações de carbono	Discussão sobre as divulgações de planos de transição para economias de baixa emissão de carbono e o uso de compensações de carbono, incluindo a avaliação da eficácia das propostas em comunicar estratégias de redução de emissões e a credibilidade das compensações.
6 - Efeitos atuais e esperados	Análise das propostas de divulgação sobre os efeitos atuais e esperados de riscos e oportunidades climáticos, incluindo a abordagem de divulgação quantitativa <i>versus</i> qualitativa e os desafios de mensuração.
7 - Resiliência climática	Avaliação dos requisitos de divulgação relacionados à resiliência climática da estratégia de uma entidade, incluindo o uso de análise de cenários e métodos alternativos.
8- Gestão de riscos	Discussão sobre a proposta de incorporar conceitos de métricas e categorias métricas interindustriais do TCFD para aprimorar a comparabilidade das divulgações de riscos climáticos.
9 - Categorias métricas interindustriais e emissões de GEE	Avaliação das propostas para as métricas interindustriais, incluindo a medição e divulgação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) de acordo com o Protocolo GEE e sua aplicabilidade em diversos setores.
10 - Metas	Discussão sobre as propostas de divulgação relacionadas às metas de redução de emissões de uma entidade, incluindo como essas metas se comparam ao Acordo de Paris.
11- Requisitos baseados na indústria	Análise das propostas de requisitos de divulgação baseados na indústria, derivados dos Padrões SASB, e sua aplicabilidade internacional e consistência com divulgações anteriores.
12 - Custos, benefícios e efeitos prováveis	Avaliação do equilíbrio entre custos e benefícios na implementação das propostas do Projeto de Exposição, considerando os custos de implementação e aplicação contínua, bem como a justificativa dos benefícios em relação aos custos.
13 - Verificabilidade e exequibilidade	Discussão sobre os desafios de verificação e fiscalização dos requisitos de divulgação propostos no Projeto de Exposição, focando na verificabilidade e na possibilidade de auditorias e regulamentações eficazes.
14 - Data efetiva	Avaliação da data efetiva proposta para o Projeto de Exposição em relação ao projeto de IFRS S1 e a capacidade das entidades de aplicar os requisitos de forma retrospectiva para fornecer informações comparativas. Considera-se também a possibilidade de aplicação faseada de diferentes requisitos de divulgação.
15 - Relato digital	Análise da priorização da capacidade de consumir digitalmente as informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, incluindo a discussão sobre o desenvolvimento da Taxonomia de Divulgações de Sustentabilidade do IFRS e a facilitação do relato digital.
16 - Base global	Discussão sobre a capacidade das Normas de Divulgação de Sustentabilidade do IFRS de atender às necessidades dos usuários de relatórios financeiros de propósito geral e serem utilizadas como uma base global abrangente, incluindo a consideração de aspectos que podem limitar essa utilização.

17 - Outros comentários	Espaço aberto para comentários adicionais ou sugestões relacionadas às propostas do Projeto de Exposição que não se encaixam especificamente nas categorias anteriores.
-------------------------	---

Fonte: Baseado em IFRS Foundation (2023b).

Após a compreensão inicial, procedeu-se ao *download* das 700 cartas-comentários, realizado em março de 2023, enviadas pelos respondentes, disponíveis publicamente no conjunto de documentos intitulado *Exposure Draft and Comment Letters: Climate-related Disclosures*. No estágio de primeiro mapeamento foi necessária a tradução instantânea das cartas através do *software* “ChatPDF” que se limita ao material em formato “.PDF” fornecido, sendo uma inteligência artificial de linguagem para uso de estudantes, pesquisadores e profissionais.

A utilização desse *software* possibilitou também a extração de informações como a quantidade de páginas de cada carta, se ela foi respondida por um indivíduo ou organização, se indica o local de origem do documento, bem como na elaboração de resumos e o processamento detalhado das respostas contidas nas cartas-comentário. O uso de *software* de inteligência artificial se deu em virtude da grande quantidade de cartas e, ainda que sua utilização seja recente na academia, diversos estudos (e.g. Jiang & Lu, 2020; Ma, Wu & Huang, 2022; Bahammam *et al.*, 2023) já demonstram seus benefícios, especialmente em pesquisas desenvolvidas em países não nativos em inglês.

Foi construído um banco de dados, com a análise de todas as 700 cartas, categorizando as seguintes informações: número da carta, remetente, empresa/afiliação do remetente, setor ou organização do remetente, quantidade de páginas da carta, tipo de remetente e o país de origem. Essas categorias foram escolhidas baseadas em trabalhos anteriores realizados com outros normativos publicados pelo IASB (e.g. Silva, Niyama, & Rodrigues, 2016; Quirino, & Lima, 2018; Visoto *et al.*, 2020), o que também permitiu relacionar os achados desta pesquisa.

Na determinação do setor ou organização do remetente verificou-se, portanto, que era possível identificar somente parte dessas organizações, sua origem e atuação; as demais, só foram identificadas através de pesquisa do nome da organização no Google para fins de entendimento do país sede ou país de origem e qual a categoria da organização. Constatou-se também que não foi possível identificar a localidade e atuação de parte das organizações devido a sua baixa participação online. Também foram separadas as cartas que são de organizações internacionais sem um país de origem definido, representando grupos por continentes ou grupos de interesse econômicos que não se limitam a se designar a um país apenas.

Após a análise geral das 700 cartas, foram selecionadas somente aquelas enviadas por algum país pertencente ao BRICS, as quais foram identificadas 43 *comment letters*. Importante ressaltar que não foram identificadas cartas enviadas de organizações da Rússia.

Na análise das cartas enviadas por um país pertencente ao BRICS, procedeu-se com a leitura dos resumos das cartas e iniciou-se o processo de análise por questão. A partir dessa análise, foi possível identificar as inferências das organizações em relação à minuta, bem como elaborar um mapeamento das principais palavras presentes nas respostas. Esse processo permitiu iniciar uma nova categorização e desenvolver as principais indagações formuladas pelas organizações. Para prosseguir com a análise do conteúdo, foi criada uma nuvem de

palavras e ações de recomendações práticas utilizando o *software* de análise de conteúdo ATLAS.ti nas ferramentas de frequência de palavras e mineração de opinião.

No que tange à delimitação da pesquisa, procedeu-se a análise detalhada somente das cartas enviadas pelos BRICS, não permitindo assim, realizar comparações com países desenvolvidos tampouco com outros países emergentes. Além disso, a análise do conteúdo das cartas foi realizada utilizando-se conhecimentos relativos às condições de produção, sendo afetados pelo viés dos pesquisadores.

4 Apresentação e Análise dos Resultados

4.1 Análise Geral das Cartas

Inicialmente, foi analisada a quantidade de páginas das cartas enviadas pelos respondentes e a Figura 1 proporciona uma análise dessa distribuição, organizadas em intervalos de dez páginas, fornecendo uma visão da extensão dos comentários enviados em cada grupo.

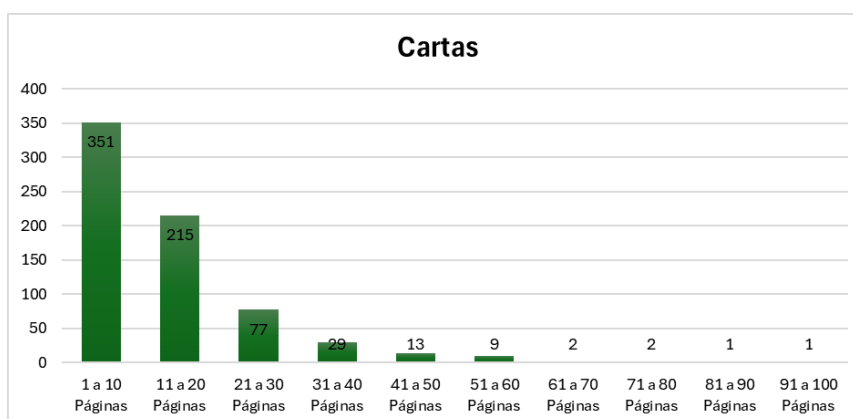


Figura 1 *Quantidade de páginas das cartas*

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 1 revela que a maioria das cartas possui entre 1 e 10 páginas, correspondendo a 50,14% do total com 351 cartas nesta faixa. Segue-se a faixa de 11 a 20 páginas com 30,71%, ou seja, 215 cartas. A frequência de cartas diminui progressivamente à medida que o número de páginas aumenta: 11% para cartas de 21 a 30 páginas, diminuindo para 4,14% para aquelas entre 31 e 40 páginas. Cartas com mais de 40 páginas aparecem pouco, com porcentagens que caem para menos de 2% e, nas faixas mais altas, como de 81 a 100 páginas, representam individualmente apenas 0,14%.

Das 700 cartas recebidas pelo ISSB, 56 foram identificadas como provenientes de indivíduos, correspondendo a 8% do total. As demais 644 cartas, representando 92%, foram enviadas por organizações. A Figura 2 fornece uma representação visual da categorização das 644 por setor de atuação.

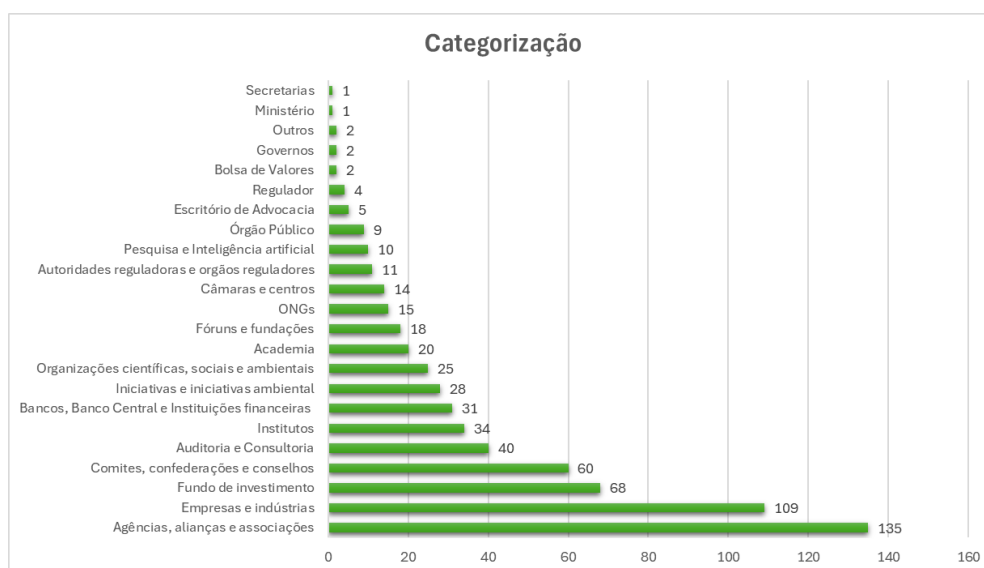


Figura 2 Cartas por setor de atuação

Fonte: Dados da pesquisa.

É possível verificar um maior envio de cartas do setor “Agências, alianças e associações”, com destaque para as associações profissionais, simbolizando a influência e a relevância destes profissionais no universo empresarial e financeiro. Destacando-se também nesta categoria, estão presentes as associações de seguros, associações bancárias, agropecuárias e de contadores, revelando a diversidade e a importância estratégica de seus respectivos campos, abrangendo desde a agricultura até a contabilidade e o amplo setor corporativo.

Estão presentes também associações de mineração, de mercados financeiros, de produtos florestais, de produtores de petróleo, entre outras. Esses resultados também foram identificados em pesquisas anteriores (Silva, Niyama, & Rodrigues, 2016; Haveroth *et al.*, 2017; Quirino, & Lima, 2018; Visoto *et al.*, 2020) quando das *comment letters* emitidas pelo IFRS, mostrando a predominância de respostas enviadas por associações e organismos de normatização.

Em seguida, o conjunto mais presente é o de “Empresas e indústrias”, ressaltando as empresas dos setores de energia, seguros, investimentos, químicas e de metalurgia e mineração. Esse fato possui relação com a Teoria da Regulação, uma vez que as partes interessadas na emissão do normativo, como empresas que possuem histórico de poluição ao meio ambiente (i.e., químicas, mineração), possuem interesse na emissão de políticas sobre o assunto (Viscusi, Harrington Junior, & Sappington, 2018).

A Figura 3 apresenta a distribuição mundial de correspondências, empregando diferentes graduações de cor para denotar a quantidade de cartas recebidas por cada país. Vale salientar a exclusão das seguintes categorias desta análise: “Não especificado” (76 cartas), “Indivíduo” (56), “Internacional” (41), “Europa” (17), “Ásia” (4) e “América Latina” (3). Essa decisão foi tomada para aprimorar a precisão das informações relacionadas aos países

específicos. A intensidade cromática aplicada aos diferentes países no mapa está intrinsecamente atrelada à quantidade de correspondências recebidas.

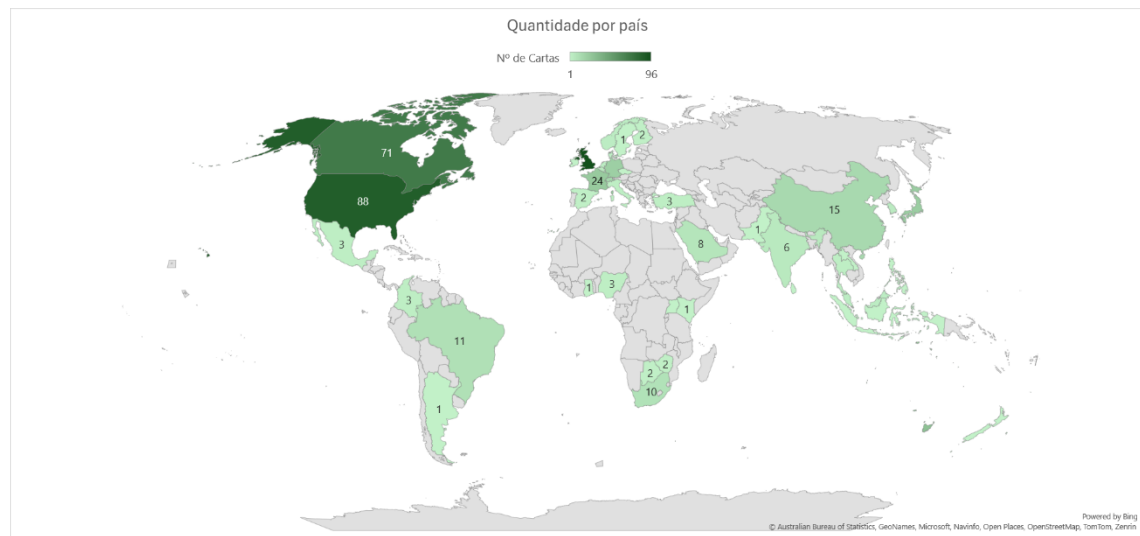


Figura 3 *Quantidade de cartas por país*
Fonte: *Dados da pesquisa.*

A Figura 3 ilustra uma distribuição notavelmente densa de correspondências em nações como Reino Unido (96), Estados Unidos (88) e Canadá (71), representados por tonalidades mais escuras, evidenciando sua proeminência na América do Norte e Europa. A presença de cartas enviadas majoritariamente por esses países também foi encontrada nos normativos da Estrutura Conceitual (Silva, Niyama, & Rodrigues, 2016), do IFRS 9 (Visoto *et al.*, 2020) e de Receitas (Quirino, & Lima, 2018), demonstrando assim, a participação frequente de países europeus e da América do Norte, o que pode ser justificado pela facilidade com a língua inglesa, incentivando a uma maior participação desses países.

No hemisfério sul, se destacam o Brasil (11) e a África do Sul (10), demonstrando uma maior participação, representados no mapa por tonalidades mais escuras, sinalizando um número considerável de cartas recebidas. Isso reflete a influência destes países no cenário de envio de correspondências na região.

4.2 Análise das Cartas dos BRICS

Com relação às cartas enviadas pelos países que compõem o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi possível perceber o envio de 43 *comment letters*. Importante ressaltar que não foram identificadas cartas enviadas de organizações da Rússia. A Figura 4 apresenta uma análise da quantidade de páginas dessas cartas.

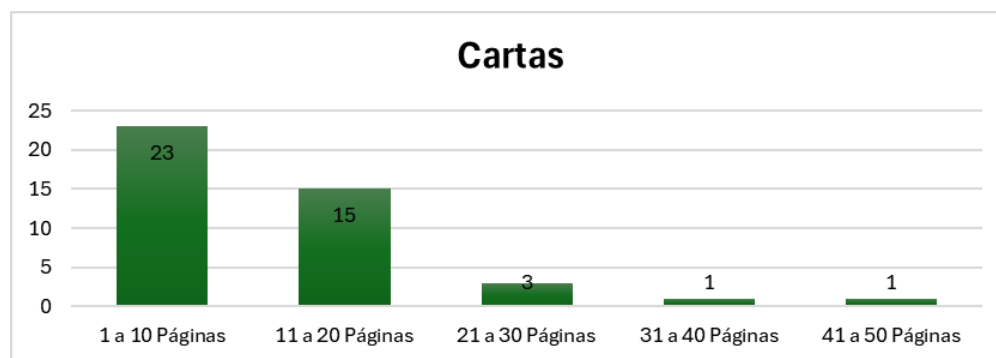


Figura 4 *Quantidade de páginas das cartas dos BRICS*

Fonte: *Dados da pesquisa.*

Assim como no contexto global, foi possível perceber que a maioria das cartas possui entre 1 e 10 páginas, representando 53,49% do total, com 23 cartas nessa categoria. Na faixa de 11 a 20 páginas, são observadas 15 cartas, correspondendo a 34,88% do conjunto. O número reduzido de páginas, ainda que haja uma quantidade expressiva de questões, também vai ao encontro da capacidade de concisão dos respondentes, algo exigido pelos órgãos normatizadores, e também pelo próprio ISSB na resposta das cartas.

A frequência de cartas com mais páginas diminui consideravelmente: apenas 6,98% das cartas têm entre 21 e 30 páginas. Cartas que contêm de 31 a 50 páginas são excepcionalmente raras, com apenas uma carta em cada faixa, o que representa 2,33% para cada. Esses dados indicam uma predominância de correspondências mais breves entre os países BRICS.

Das 43 cartas enviadas pelos BRICS, a China lidera o envio com 15 cartas, seguida pelo Brasil com 12. A África do Sul também apresenta uma contribuição considerável, com 10 cartas. A Índia enviou um total de 6 cartas. Como já mencionado, não há registros de cartas enviadas pela Rússia nesta coleção. Esses dados também já haviam sido evidenciados por Silva, Niyama e Rodrigues (2016), quando da Estrutura Conceitual, mostrando a participação ativa dos BRICS no processo de construção dos normativos contábeis.

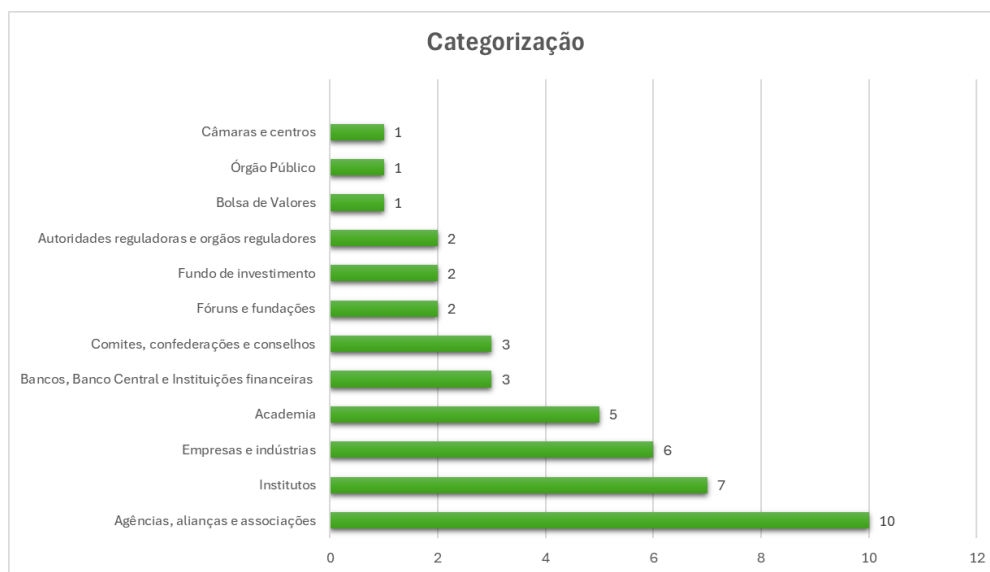


Figura 5 Cartas por setor de atuação dos BRICS

Fonte: Dados da pesquisa.

A respeito do setor de atuação, a Figura V demonstra que as “agências, alianças e associações” lideram a distribuição de cartas enviadas pelos BRICS, com 10 cartas no total, indicando um papel significativo dessas organizações na comunicação formal. Por se tratar de um normativo que ainda não é obrigatório, a participação de associações se faz mais presente, em detrimento dos órgãos normatizadores, com o intuito de orientar os seus profissionais a respeito das mudanças propostas.

Seguem os “institutos” com 7 cartas, destacando sua importância na troca de informações e colaboração, e “empresas e indústrias” com 6 cartas, refletindo a participação ativa do setor privado. A “academia” enviou 5 cartas, demonstrando uma interação moderada do contexto acadêmico. Essa distribuição não se diferencia da distribuição considerando todas as cartas (organizações), à nível global, conforme demonstrado no capítulo anterior.

4.3 Análise das Respostas dos BRICS

A Tabela 2 apresenta um resumo das principais respostas dos países pertencentes ao BRICS bem como uma análise geral das conclusões que as entidades comentaram a respeito da minuta.

Tabela 2*Resumo das respostas dos países do BRICS*

Pergunta	%	Resumo das respostas
1 - Objetivo do <i>Exposure Draft</i>	44%	Os objetivos e os requisitos de divulgação são equilibrados, mas há necessidade de clareza de alguns termos propostos.
2 – Governança	77%	Apoiam a direção em torno do <i>framework</i> do TCFD mas exigem uma estrutura clara para a governança, com uma abordagem clara do escopo dos requisitos; exigem relatórios de governança com requisitos sérios.
3 - Identificação de riscos e oportunidades relacionados ao clima	77%	Necessidade de mais clareza e orientação na definição dos termos; necessidade de mais exemplos, abordagem mais clara e padronizada; urgência no avanço de diretrizes.
4 - Concentrações de riscos e oportunidades na cadeia de valor	77%	As divulgações devem adotar uma abordagem equilibrada entre dados qualitativos e quantitativos, com clareza nos termos. É necessário considerar a praticidade da implementação, incluindo impactos sociais e a necessidade de orientação prática para garantir a credibilidade das divulgações sobre compensação de carbono.
5 - Planos de transição e compensações de carbono	79%	A maioria dos respondentes concordou com os requisitos propostos, mas salientaram a necessidade de orientações práticas e de dados quantitativos.
6 - Efeitos atuais e esperados	88%	A maioria das entidades apoia a divulgação de informações quantitativas sobre os impactos climáticos na posição financeira, desempenho e fluxos de caixa das empresas, mas recomenda uma abordagem flexível que permita informações qualitativas quando necessário. Há um consenso sobre a importância de orientações claras e metodologias de avaliação para garantir a comparabilidade e precisão das divulgações, com algumas entidades sugerindo uma implementação faseada.
7 - Resiliência climática	84%	Respostas divididas, com algumas organizações concordando e outras concordando parcialmente; destaque para os custos da divulgação e dificuldade de aplicabilidade dos métodos, especialmente em economias emergentes.
8- Gestão de riscos	58%	A maioria das organizações concordam com a proposta para incorporação de conceitos sobre métricas e categorias métricas interindustriais do TCFD para aumentar a comparabilidade das divulgações de risco do clima.
9 - Categorias métricas interindustriais e emissões de GEE	93%	A maioria das organizações concordou, de maneira geral, com a utilização do Protocolo GHG para definir e medir as emissões dos Escopos 1, 2 e 3, mas recomendaram flexibilidade e um período de adaptação para facilitar a implementação.
10 - Metas	44%	A maioria das organizações concorda com as propostas de divulgação relacionadas a metas climáticas, considerando a referência ao “último acordo internacional” como clara. No entanto, algumas sugerem a inclusão de explicações detalhadas sobre o nível de significância das metas e medidas adicionais para evitar o “greenwashing”.

11- Requisitos baseados na indústria	67%	Apoio geral às propostas de requisitos de divulgação baseados na indústria derivados dos Padrões SASB, com recomendações para melhorias na clareza, usabilidade e flexibilidade para diferentes jurisdições e setores. Há um consenso sobre a importância de fornecer orientação prática e a necessidade de um período de adaptação para garantir uma implementação eficaz.
12 - Custos, benefícios e efeitos prováveis	44%	As entidades destacaram os altos custos, especialmente na implementação, e a consequente dificuldade de países emergentes e organizações menores, contudo, os benefícios gerados esperam que sejam superiores.
13 - Verificabilidade e exequibilidade	44%	As entidades destacaram a importância de critérios claros e padronizados para a verificação e fiscalização dos requisitos de divulgação propostos. Há uma ênfase na necessidade de colaboração com organismos de auditoria, padronização de documentos e orientações adicionais para lidar com informações quantitativas prospectivas e análises de cenários.
14 - Data efetiva	53%	Recomendam que o IFRS S 1 e o IFRS 2 entrem em vigor na mesma data, em período não inferior a dois anos, e que, se possível, haja um período de transição para implementação das normas.
15 - Relato digital	28%	A maioria concorda com o fornecimento de informações digitais e reforçam a importância da taxonomia na padronização das informações, permitindo assim, a comparabilidade das informações.
16 - Base global	33%	Apoio a uma base global única de divulgação.
17 - Outros comentários	26%	Adoção do conceito de dupla materialidade; alinhamento das normas do ISSB com organismos reguladores internacionais, para redução de custos; criação de um glossário universal com a definição dos termos; prazo de adoção adequado para a norma.

Fonte: Dados da pesquisa.

Com a análise do conteúdo das cartas das organizações dos países que constituem o BRICS, de forma geral e resumida, foi possível identificar as principais preocupações desses países em relação ao IFRS S2. Para melhor ilustrar essas preocupações, uma nuvem de palavras foi gerada para destacar os termos mais frequentemente mencionados nas respostas, oferecendo uma visão clara das prioridades e áreas de foco dos respondentes, conforme a Figura 4.



Figura 6 *Nuvem de palavras das respostas dos BRICS*

Fonte: Dados da pesquisa.

A Figura 6 demonstra as palavras mais frequentemente utilizadas nas cartas, o que fornece subsídios para a identificação das principais preocupações dos BRICS com relação à IFRS S2. A seguir enumera-se os pontos que Brasil, Índia, China e África do Sul identificaram como de especial atenção ao ISSB, sobre as divulgações climáticas.

- I) **Importância de abordar os riscos e oportunidades climáticas:** As respostas mostram um forte apoio aos objetivos propostos na minuta, e indica um consenso sobre a importância de abordar os riscos e oportunidades climáticos e a necessidade de uma governança robusta nesse contexto.
- II) **Clareza e Definições Precisas:** Houve um destaque recorrente para a necessidade de maior clareza nos termos utilizados. Definições precisas para termos como “significativo” e “material” são essenciais para garantir que as informações sejam compreensíveis e comparáveis.
- III) **Estrutura e Governança:** Há uma necessidade clara de estabelecer uma estrutura inclusiva para a governança climática. As respostas indicam que a diversidade no corpo de governança e a adoção de frameworks como o TCFD são cruciais para melhorar a gestão de riscos climáticos.
- IV) **Combinação de Abordagens:** As preferências indicam que as divulgações devem combinar abordagens qualitativas e quantitativas. Isso é importante para evitar o greenwashing e garantir que indicadores quantitativos sejam usados sempre que disponíveis.

- V) Planos de Transição e Metas de Descarbonização: O apoio à inclusão de planos de transição e metas de descarbonização é forte. As sugestões indicam que esses planos devem ser claramente articulados e que os termos relacionados devem ser bem definidos.
- VI) Orientações Práticas e Exemplos: A necessidade de diretrizes adicionais, orientações práticas e exemplos concretos para a avaliação de riscos climáticos foi amplamente mencionada, alegando que ajudaria as entidades a implementarem as recomendações de forma mais eficaz.
- VII) Custos e Aplicabilidade: As respostas destacaram as dificuldades de implementação, especialmente em economias emergentes, e os altos custos associados. Sugere-se a adoção de uma abordagem faseada para facilitar a transição e permitir alternativas flexíveis.
- VIII) Flexibilidade e Adaptação: Foram sugeridos ajustes para permitir diferentes níveis de divulgação conforme o tamanho da entidade e um período de adaptação mínimo. Isso garantiria que tanto grandes quanto pequenas organizações possam cumprir os padrões de forma adequada.
- IX) Transparência e Comparabilidade: Foi proposta a criação de uma “Base de Relatório” para indicadores e metodologias para aumentar a transparência e comparabilidade das informações divulgadas. A importância da taxonomia também foi ressaltada como essencial para a padronização das informações.
- X) Dupla Materialidade e Glossário Universal: A adoção do conceito de dupla materialidade com critérios claros e a criação de um glossário universal para a definição de termos foram recomendadas. Isso facilitaria a consistência e a comparabilidade das divulgações em nível internacional.
- XI) Padronização e Colaboração: A importância de padronizar documentos de relatórios digitais e a colaboração com entidades como o IAASB foram sugeridas. Isso garantiria a integridade e a verificabilidade das informações divulgadas.
- XII) Data Efetiva Comum e Período de Transição: Recomenda-se que os padrões IFRS S1 e S2 entrem em vigor na mesma data, com um período mínimo de dois anos após a emissão dos padrões. A implementação faseada e a consideração de requisitos de governança que possam ser aplicados mais cedo também foram mencionadas.
- XIII) Apoio à Base Global e Coordenação Internacional: Há um amplo apoio à adoção de uma base global para as normas, com recomendações de coordenação com outras iniciativas como o GRI. Isso garantiria a harmonização das normas em um contexto global.
- XIV) Benefícios a Longo Prazo: Apesar dos altos custos iniciais de implementação, espera-se que os benefícios a longo prazo superem esses custos, especialmente em termos de melhoria na gestão de riscos climáticos e na transparência das informações divulgadas.
- XV) Instruções Detalhadas e Canal Aberto para perguntas: Sugestões de guias ou um canal aberto para perguntas e sugestões foram mencionadas como ferramentas úteis

para auxiliar as entidades no cumprimento dos padrões. Isso proporcionaria um apoio adicional durante a fase de adaptação e implementação.

5 Considerações Finais

Na análise do perfil dos respondentes das cartas, tanto globalmente quanto segregada pelos BRICS, foi identificado que, a maioria das correspondências, tanto de maneira mundial (50,14%) quanto dos BRICS (53,49%), diminuiu a frequência progressivamente com o aumento do número de páginas. Destaca-se, porém, a não existência de cartas enviadas pela Rússia.

Do total de cartas recebidas pelo ISSB, 8% foram enviadas por indivíduos, enquanto 92% vieram de organizações. A análise setorial revelou que o setor mais representado foi o de “agências, alianças e associações”, com destaque para associações profissionais, de seguros, bancárias, agropecuárias e de contadores. O segundo grupo mais representado foi o de “empresas e indústrias”, incluindo os setores de energia, seguros, investimentos, química e mineração. Distribuição semelhante também foi identificada nos países que compõem os BRICS.

Geograficamente, países como Austrália, França e Japão se destacaram, enquanto Alemanha e Suíça tiveram uma participação notável na Europa. Na Ásia, Japão, China e Singapura enviaram mais cartas em comparação com a Índia e demais países. No demais, Brasil e África do Sul mostraram uma participação considerável.

Além disso, foi evidenciando pelos BRICS, um forte apoio aos objetivos propostos na minuta IFRS S2, que destaca a importância de abordar os riscos e oportunidades climáticos e a necessidade de uma governança robusta, ressaltando a necessidade de clareza e definições precisas dos temas a fim de garantir a compreensibilidade das informações. As respostas também enfatizaram a importância de uma estrutura inclusiva para a governança climática, com diversidade no corpo de governança e a adoção de *frameworks*.

Foi observada uma preferência pela combinação de abordagens qualitativas e quantitativas nas divulgações, para contribuir na coibição de práticas de *greenwashing*. Houve apoio significativo para a inclusão de planos de transição e metas de descarbonização, bem como para diretrizes adicionais e exemplos práticos que facilitassem a implementação. Destacaram-se as dificuldades de implementação em economias emergentes e os altos custos associados, sugerindo uma abordagem faseada e flexível para a transição.

Recomenda-se a adoção do conceito de dupla materialidade e a criação de um glossário universal para facilitar a consistência das divulgações, além da sugestão de uma padronização dos documentos digitais e a colaboração com entidades, como o IAASB, para garantir a integridade das informações. Apesar dos altos custos iniciais, espera-se que os benefícios a longo prazo superem esses custos, especialmente na gestão de riscos climáticos e na transparência das informações.

Nesse sentido, foi possível mapear o perfil dos respondentes e suas principais preocupações, fornecendo importantes insights para a implementação da norma IFRS S2. As contribuições destacam a importância de uma governança climática robusta e inclusiva, a

necessidade de clareza nos termos utilizados e de orientações práticas para a implementação eficaz das recomendações.

Nesse sentido, o objetivo geral de analisar a opinião dos participantes das *comments letters* recebidas pelo ISSB dos países do BRICS sobre a minuta IFRS S2 - *Climate-related Disclosures* foi alcançado. As preocupações foram extraídas das opiniões percebidas nas respostas, que indicaram apoio aos objetivos e requisitos de divulgação, mas destacaram a necessidade de clareza em alguns termos. Os respondentes apoiaram o *framework* do TCFD para governança, exigindo uma estrutura clara e relatórios rigorosos. Identificaram, também, a necessidade de maior clareza e padronização na definição de riscos e oportunidades climáticas, sugerindo diretrizes adicionais e exemplos concretos. Houve consenso sobre a importância de combinar abordagens qualitativas e quantitativas nas divulgações e o apoio à inclusão de planos de transição e metas de descarbonização, com orientações práticas.

Diante disso, a presente pesquisa avança na literatura existente acerca da análise da opinião dos respondentes de normativos da Fundação IFRS, especialmente no que tange às normas financeiras de sustentabilidade. Além disso, o estudo é capaz de demonstrar a percepção e as preocupações das principais economias emergentes, no contexto de ESG.

Dessa forma, os dados aqui apresentados buscam auxiliar diversos atores dentro do cenário da IFRS S2: i) o próprio ISSB, no sentido de compreender a opinião de países relevantes no cenário econômico internacional, como os BRICS, com o intuito de auxiliá-los na elaboração de novos normativos pelo órgão; ii) governos, na elaboração de suas políticas públicas, com a percepção dos diversos interessados no assunto; iii) sociedade, para compreender a demandas de órgãos normatizadores e empresas sobre a sustentabilidade.

Pesquisas futuras podem ampliar o escopo do estudo, realizando uma análise da opinião dos demais países, a fim de se realizar um comparativo. Além disso, é possível também analisar a opinião dos respondentes dos demais normativos do ISSB, com o intuito de se obter um panorama acerca das opiniões sobre divulgação contábil de sustentabilidade.

Referências

Adhikari, A., Betancourt, L., & Alshameri, F. (2014). The SEC's Proposed IFRS Roadmap: An analysis of comment letters using content analysis and textual software. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 23(2), 98-108. doi: <https://doi.org/10.1016/j.intaccudtax.2014.07.001>

Al Farooque, O., & Ahulu, H. (2017). Determinants of social and economic reportings: Evidence from Australia, the UK and South African multinational enterprises. *International Journal of Accounting & Information Management*, 25(2), 177-200. doi: <https://doi.org/10.1108/ijaim-01-2016-0003>

Bahammam, A. S., Trabelsi, K., Pandi-Perumal, S. R., & Jahrami, H. (2023). Adapting to the impact of artificial intelligence in scientific writing: Balancing benefits and drawbacks while

developing policies and regulations. *Journal of Nature and Science of Medicine*, 6(3), 152-158.

Brasil. (s.d.). *História do BRICS*. Recuperado em 15 abril, 2024, de <https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/reuniao-do-brics-2023/historia-do-brics>

Cardoso, R. L., Saravia, E., Tenório, F. G., & Silva, M. A. (2009). Regulação da contabilidade: teorias e análise da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos IFRS. *Revista de Administração Pública*, 43, 773-799. doi: <https://doi.org/10.1590/s0034-76122009000400003>

Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Carvalho, L. N. G. (2018). Regulação Contábil Internacional: Interesse Público ou Grupos de Interesse? *Contabilidade Gestão e Governança*, 21(1), 1–20. doi: https://doi.org/10.21714/1984-3925_2018v21n1a1

Carvalho, N. L., Kersting, C., Rosa, G., Fruet, L., & Barcellos, A. L. (2015). Desenvolvimento sustentável x desenvolvimento econômico. *Revista Monografias Ambientais*, 109-117.

Farias, L. C., Coelho, A. L. A. L., & Coelho, C. (2019). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e educação para a sustentabilidade: análise das concepções de sustentabilidade de estudantes de Administração em uma instituição superior pública. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 20(3), 796-836. doi: <https://doi.org/10.13058/raep.2019.v20n3.1494>

Feintuck, M. (2010). *Regulatory Rationales Beyond the Economic: In Search of the Public Interest*. In R. Baldwin, M. Cave, & M. Lodge (Eds.), *The Oxford Handbook of Regulation* (pp. 39-63). Oxford University Press.

Gaviria, D. A. G., Martínez, E. M. C., Polo, O. C. C., & Arcila, J. O. S. (2023). Accounting Mechanism to Measure the Environmental Impact of Industries in the Aburrá Valley and its Application of the General Disclosure Requirements Related to Financial Information on Sustainability (IFRS S1) and Climate-Related Disclosures (IFRS S2). *Revista de Gestao Social e Ambiental*, 17(5), 1-16. doi: <https://doi.org/10.24857/rgsa.v17n5-013>

Haveroth, J., Nez, E., Bilk, Â., & Klann, R. C. (2017). Características e perspectivas internacionais dos diversos grupos de interesses em relação à IFRS SME's. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(4), 430-450. doi: <https://doi.org/10.17524/repec.v11i4.1636>

Hewa, S. I., Mala, R., & Chen, J. (2020). IASB's independence in the due process: an examination of interest groups' influence on the development of IFRS 9. *Accounting & Finance*, 60(3), 2585-2615. doi: <https://doi.org/10.1111/acfi.12426>

IFRS Foundation. (s.d)a. *How we set IFRS® Standards*. Recuperado de 13 agosto, 2024, de <https://www.ifrs.org/about-us/how-we-set-ifrs-standards/>

IFRS Foundation. (s.d)b. *About the International Sustainability Standards Board*. Recuperado de 13 agosto, 2024, de <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>

IFRS Foundation. (2021). *IFRS Foundation announces International Sustainability Standards Board, consolidation with CDSB and VRF, and publication of prototype disclosure requirements*. Recuperado de 13 agosto, 2024, de <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2021/11/ifrs-foundation-announces-issb-consolidation-with-cdsb-vrf-publication-of-prototypes/>

IFRS Foundation. (2022a). *ISSB at COP27: ISSB makes key announcements towards the implementation of climate-related disclosure standards in 2023*. Recuperado de 13 agosto, 2024, de <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/11/issb-cop27-progress-implementation-climate-related-disclosure-standards-in-2023/>

IFRS Foundation. (2022b). *ISSB meetings: Summary of comments Climate-related Disclosures*. Recuperado de 01 julho, 2025, de <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/meetings/2022/september/issb/ap4a-climate-related-disclosures-summary-of-comments.pdf>

IFRS Foundation. (2023a). *General Sustainability-related Disclosures*. Recuperado de 13 agosto, 2024, de <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/general-sustainability-related-disclosures/>

IFRS Foundation. (2023b). *Climate-related Disclosures*. Recuperado de 13 agosto, 2024, de <https://www.ifrs.org/projects/work-plan/climate-related-disclosures/>

Indyk, M. (2022). Are the companies prepared for sustainability reporting under the ED IFRS S1 and S2? Evidence from Poland. *Audit Financiar*, 20(168), 641-654. doi: <https://doi.org/10.20869/auditf/2022/168/022>

Indyk, M. (2023). Auditorii situațiilor financiare recunosc punctele de vedere legate de ESG ca un aspect cheie de audit?. *Audit Financiar*, 21(2 (170)), 312-320.

Jiang, K., & Lu, X. (2020, November). Natural language processing and its applications in machine translation: a diachronic review. In *2020 IEEE 3rd International Conference of Safe Production and Informatization (IICSPI)* (pp. 210-214). IEEE.

Lopes, A. E. M. P., & Dourado, M. F. (2024). O papel da gestão pública no cenário internacional: análise das relações internacionais do BRICS. In *Administração pública e gestão social: reflexões teóricas e conceituais* (pp. 156-167). Editora Científica Digital.

Ma, J., Wu, X., & Huang, L. (2022). The use of artificial intelligence in literature search and selection of the PubMed database. *Scientific Programming*, 2022(1), 8855307.

Matos, E. B. S., Gonçalves, R. S., Niyama, J. K., & Marques, M. (2013). Convergência internacional: análise da relação entre o processo normativo e a composição dos membros do IASB. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 2, 66-91. doi: <https://doi.org/10.14392/asaa/2013060104>

Murcia, F. D.-R. (2010). Interação entre Contabilidade e Direito: em busca de uma teoria da regulação contábil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRCSC*, 9(25), 19-32. doi: <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v9n25p19-32>

Quirino, M. C. O., & Lima, D. H. S. (novembro, 2018). Contratos de Receita: Uma análise das cartas comentários ao Exposure Draft ED/2016/6–Clarification to IFRS 15. *Anais do Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont*, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Scott, W. R. (2009). *Financial accounting theory* (5th ed.). Pearson.

Silva, J. P., Niyama, J. K., & Rodrigues, A. M. (2016). Análise da percepção dos participantes do processo normativo do IASB sobre a proposta de revisão da Estrutura Conceitual. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, 9(3). doi: <https://doi.org/10.14392/asaa.2016090301>

Suta, A., Tóth, Á., & Borbély, K. (2022). Presenting climate-related disclosures in the automotive sector: Practical possibilities and limitations of current reporting prototypes and methods. *Chemical Engineering Transactions*, 94, 379-384.

Visoto, M. C. R., Silva, T. C., Nobre, I. R., & Rodrigues, J. M. (2020). IFRS 9–Financial instruments: fatores determinantes da influência das comment letters em relação a minuta de pronunciamento (ED/2013/3) do IASB. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(43), 19-33. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n43p19>

Viscusi, W. K., Harrington Junior, J. E., & Sappington, D. E. M. (2018). *Economics of Regulation and Antitrust* (5th ed.). MIT Press.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1978). Towards a positive theory of the determination of accounting standards. *Accounting Review*, 53(1), 112-134.